

O sistema literário no Século XX

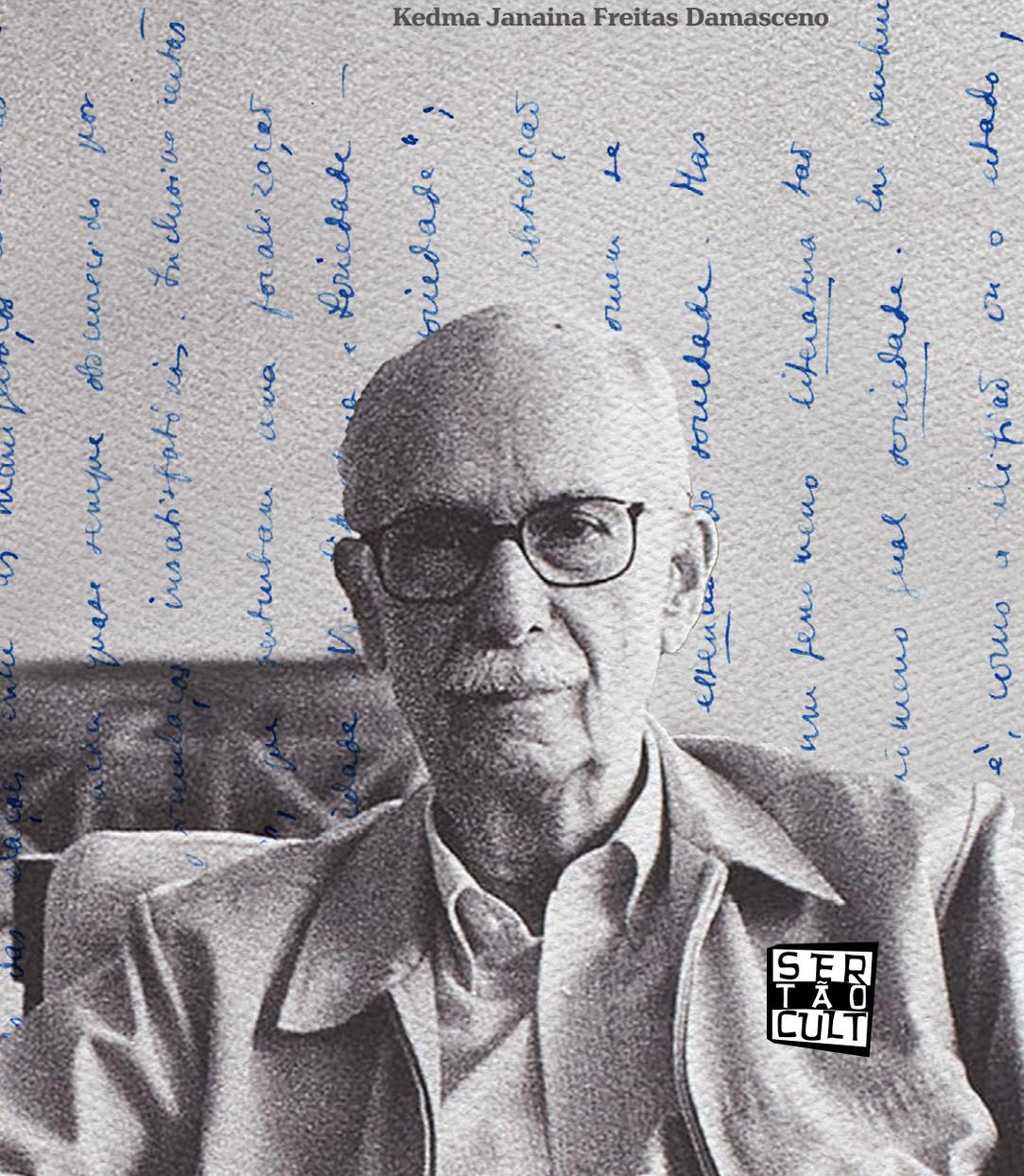
de Lima a Carolina

Organizadoras

Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo

Irenísia Torres de Oliveira

Kedma Janaina Freitas Damasceno



SER
TÃO
CULT



insabir.

ubam una paralizoges

V: Bichua + Soubade -

que "no + toriada";

se abracas,

de

lo por

no ietas

a

1950

1950

O sistema literário no Século XX

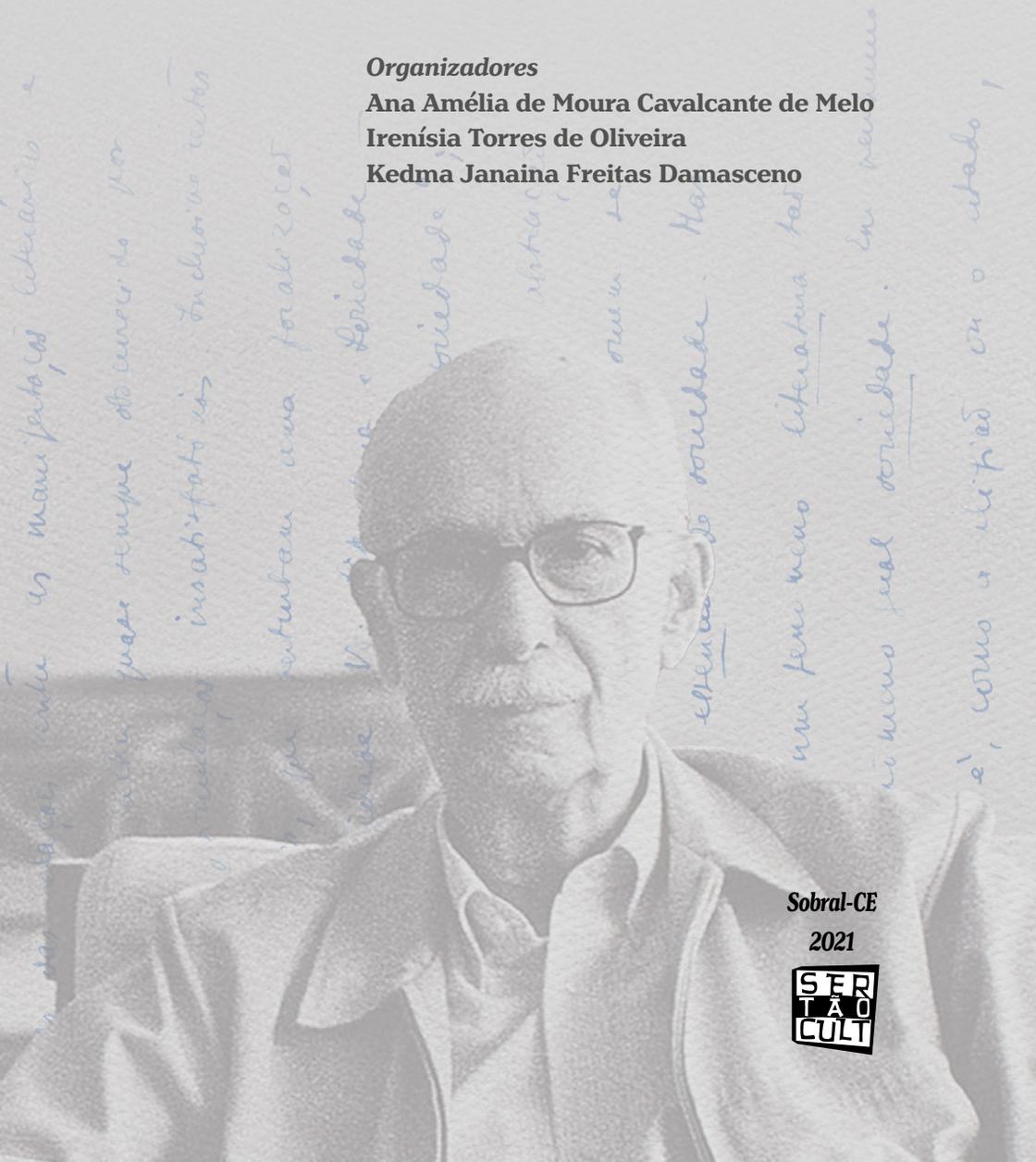
de Lima a Carolina

Organizadores

Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo

Irenísia Torres de Oliveira

Kedma Janaina Freitas Damasceno



Sobral-CE

2021





Gilda de Mello e Sousa e Antonio Candido
em fotografia de Bob Wolferson

O sistema literário no Século XX: de Lima a Carolina

© 2021 copyright by Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo, Irenisia Torres de Oliveira, Kedma Janaina Freitas Damasceno (ORGs.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaoacult.com
sertaoacult@gmail.com
www.editorasertaoacult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Andréia Rodrigues de Andrade
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Cícero João da Costa Filho
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
João Batista Teófilo Silva
Juliana Magalhães Linhares
Raimundo Alves de Araújo
Regina Celi Fonseca Raick
Telma Bessa Sales
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valéria Aparecida Alves

Revisão

Danilo Ribeiro Barahuna

Diagramação

Francisco Taliba

Capa

Tarcísio Bezerra Martins Filho

Fotografias: montagem a partir de fotos de Antonio Candido (Bob Wolfenson), Lima Barreto (autoria desconhecida, 1910) e Carolina de Jesus (autoria desconhecida, compõe o acervo de Audálio Dantas)

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

S623 O sistema literário no Século XX: de Lima a Carolina. / Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo etc.(Organizadores). – Sobral, CE: Sertão Cult,2021.

258p.

ISBN: 978-85-67960-68-5 - papel
ISBN: 978-85-67960-67-8 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/67960678-2021

1. História. 2. Literatura. 3. Literatura brasileira. I. Melo, Ana Amélia de Moura Cavalcante de. II. Oliveira, Irenisia Torres de. III. Damasceno, Kedma Janaina Freitas. IV. Título.

CDD 869.1



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Sumário

DOI: 10.35260/67960678p.7-28.2021

UMA LIÇÃO DE RESISTÊNCIA QUANDO UM LIVRO NASCE! Apresentação dedicada à memória de Andressa Barbosa de Almeida 7

Adelaide Gonçalves

DOI: 10.35260/67960678p.29-62.2021

LIMA BARRETO E O SISTEMA LITERÁRIO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX..... 29

Irenísia Torres de Oliveira (UFC)

DOI: 10.35260/67960678p.63-73.2021

EVOLUÇÃO E FORMAÇÃO DAS LITERATURAS LOCAIS 63

Rodrigo de Albuquerque Marques

DOI: 10.35260/67960678p.75-92.2021

VISTO POR DENTRO: UMA ANÁLISE DAS EDIÇÕES DE FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PREFÁCIOS..... 75

Rafaela Gomes Lima

DOI: 10.35260/67960678p.93-112.2021

FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA E SUA COMPREENSÃO SOBRE O REGIONALISMO 93

Nabupolasar Alves Feitosa

DOI: 10.35260/67960678p.113-144.2021

O LUGAR DO ROMANCE DE 30 NA LITERATURA BRASILEIRA 113

José Wellington Dias Soares

DOI: 10.35260/67960678p.145-170.2021

O MOVIMENTO MODERNISTA NO RIO GRANDE DO SUL: SUAS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES 145

Ricardo Rodrigues Miranda

Irenísia Torres de Oliveira

DOI: 10.35260/67960678p.171-199.2021

AS REVISTAS NO SISTEMA LITERÁRIO: APONTAMENTOS SOBRE A REVISTA LITERATURA (1946-1948)..... 171

Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo

DOI: 10.35260/67960678p.201-207.2021

**UMA REFLEXÃO SOBRE O LUGAR DA LITERATURA POPULAR
NA HISTORIOGRAFIA LOCAL E NACIONAL..... 201**

Marcus Sales

DOI: 10.35260/67960678p.209-231.2021

O CONCRETISMO E O SISTEMA LITERÁRIO BRASILEIRO 209

Kedma Janaina Freitas Damasceno

DOI: 10.35260/67960678p.233-252.2021

**CAROLINA E O SISTEMA LITERÁRIO BRASILEIRO:
NOTAS SOBRE CLASSE E EXCLUSÃO 233**

Emanuel Régis Gomes Gonçalves

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 253

SOBRE OS AUTORES 255



LIMA BARRETO E O SISTEMA LITERÁRIO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Irenísia Torres de Oliveira (UFC)

O sistema depois da formação

Antonio Candido, na *Formação da literatura brasileira* (1959), situa, por volta de 1883, o final do período de formação do sistema literário nacional, que tivera no Arcadismo e no Romantismo seus momentos decisivos. Com isso, o crítico nos diz que, na penúltima década do século XIX, já se podia contar no país com um sistema articulado de obras, e que este constituía uma continuidade, ou seja, uma tradição literária. Machado de Assis, que está na metade de sua carreira de escritor em 1883, não figura no livro como parte do processo formativo, mas como o escritor que atesta a formação do sistema, uma vez que sua obra pressupunha o acúmulo que a existência de um sistema permitia (CANDIDO, 2017).

O sistema se formou, portanto, e tem uma dinâmica. O ensaio *Literatura e Cultura*, de 1900 a 1945, embora se apresente no subtítulo como um “panorama para estrangeiros”, propõe uma síntese do período que tem como método a noção de sistema literário. Não se trata mais da formação, mas da dinâmica de articulação do sistema. Com essa nova visada, os momentos decisivos para a literatura brasileira eram agora o Romantismo e o Modernismo, pelo que significaram como mudança de rumos e estímulo criativo.

O período seguinte à formação do sistema, que nos interessa aqui, Antonio Candido o divide em duas fases. A primeira, de 1880 a 1890, época do Realismo/Naturalismo e do Parnasianismo, tinha buscado mais equilíbrio que ruptura (2000, p. 113). O Naturalismo tinha tido uma contribuição mais marcante que o parnasianismo, pois trouxera para o romance um “vigoroso impulso de análise social” (p. 114), animado pela convicção determinista de autores como Aluísio Azevedo e Adolfo Caminha.

O período seguinte, as duas primeiras décadas do século XX, seria caracterizado por uma “literatura de permanência”, tendente a uma continuidade rebaixada do período anterior. “Uma literatura satisfeita, sem angústia formal, sem rebelião nem abismos” (p. 113). Seria possível pensar nela, quanto à inserção dessa esfera na vida social, nos termos em que Antonio Candido descreve o período após a formação do sistema literário em São Paulo.

No ensaio “A literatura na evolução de uma comunidade”, em que analisa os denominadores comuns do sistema (autor, linguagem/estilo, público) na cidade de São Paulo, Antonio Candido segue além do período formativo nacional, chegando até o Modernismo. A análise que ele faz do período do Realismo/Naturalismo ao Modernismo parece-me que vale, em termos gerais, para a literatura nacional.

Nesse ensaio, Antonio Candido considera que o período do Realismo/Naturalismo/Parnasianismo teria sido de acomodação da literatura e dos escritores a padrões de aceitabilidade burguesa, criando-se uma oficialidade das Letras e um âmbito de produção/circulação restrito às elites estabelecidas. Em São Paulo, a literatura acomodatória é a de todo esse período.

A literatura brasileira do início do século XX caminhará para a mesma acomodação burguesa que Antonio Candido já identificara em São Paulo no período anterior. Autores como Alphonsus de Guimaraens, Augusto dos Anjos, Euclides da Cunha e Lima Barreto traziam “discordâncias estimulantes”, mas seus contemporâneos “os deixaram de lado, ou foram buscar neles o que tinham de comum com as limitações de que padeciam” (CANDIDO, 2000, p. 115).

Antonio Candido aponta no período a predominância de uma literatura que perdera o vigor e se acomodara em fórmulas repisadas e semicultas, que visavam centralmente a “encantamento plástico, euforia verbal, regularidade” (CANDIDO, 2000, p. 115). Essa avaliação crítica já era feita na própria época por Lima Barreto. Numa crônica de 1918, em que discute literatura e política, o autor demonstra entender, a propósito da literatura de Coelho Neto, o que acontece no período:

Em anos como os que estão correndo, de uma literatura militante, cheia de preocupações políticas, morais e sociais, a literatura do Senhor Coelho Neto ficou sendo puramente contemplativa, estilizante, sem cogitações outras que não as da arte poética, consagrada no círculo dos grandes burgueses embotados pelo dinheiro (BARRETO, 1956c, p. 76-77).

O escritor questiona por que Coelho Neto, que iniciara a carreira literária nas últimas décadas do século XIX, não se deixara influenciar pelas grandes preocupações, pelas ideias de reforma

social e moral que circulavam no período. Assim como Antonio Candido avaliaria décadas depois, Lima também considera que o determinismo positivista tinha tido uma função em encaminhar os autores para uma literatura comprometida com questões sociais. E mesmo esse complexo ideológico Coelho Neto desconhecera: “nem mesmo tratou de conhecer o positivismo que lhe podia abrir grandes horizontes” (BARRETO, 1956c, p. 75).

Ficamos sabendo por Lima Barreto que debates em torno de explicações e reformas sociais estão ocorrendo nesse momento, ou seja, que existe efervescência social e política, e que a literatura brasileira, exceto por alguns autores isolados, constrói-se ao largo dos grandes embates que envolvem as classes sociais e as diversas concepções sobre o país e seus rumos depois da abolição. A crônica de Lima Barreto citada acima é publicada apenas seis meses depois da Greve Geral de 1917, ponto culminante de um processo vigoroso de politização e organização dos trabalhadores nas primeiras décadas do século XX.

O sistema literário no Rio de Janeiro

Lima Barreto nasceu e viveu na cidade que foi o centro cultural brasileiro de seu tempo. Cresceu no período da Primeira República, nos anos que se seguiram à abolição da escravidão. O cosmopolitismo cultural do Rio de Janeiro saía vencedor, junto com a República, na análise de Roberto Ventura: “Para o Rio, convergiam os críticos e escritores de diversas partes do país. Na cidade, se situava o maior mercado de trabalho para os homens de letras, que encontravam oportunidades no ensino, na política e no jornalismo (VENTURA, 1991, p. 137).

A capital do país era o lugar privilegiado para uma nova etapa da vida pública no Brasil, que favorecia a profissionalização do escritor, à medida que os centros urbanos, após a abolição, tornavam-se lugares com uma estrutura de classes e grupos sociais mais complexa.¹

Nessa fase [Primeira República] se desenvolveram as condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, especialmente em sua forma literária, e à constituição de um campo intelectual relativamente autônomo, em consequência das exigências postas pela diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação (MICELI, 1977, p. 13-14).

As mudanças na sociedade, com vários grupos em disputa pelo poder, engendram novas funções para instituições e homens de letras. No livro *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, explicando o contexto de ascensão do jornal fictício O Globo, dedicado à “demolição”, o narrador fala em uma “divisão infinitesimal de interesses” buscando agressivamente satisfação, sem limites morais. “Nada de cerimônias, nada de piedade; era para frente, para as posições rendosas e para os privilégios e concessões” (BARRETO, 1956d, p. 190). Esses interesses buscavam expressão e defesa nos jornais. Havia aqueles que apoiavam o governo e outros que se impunham pela atitude “demolidora”, como era o caso do jornal O Globo, representando parcelas das elites não inteiramente satisfeitas com os arranjos no poder.

1 Mesmo antes da proclamação da República, na efervescência das campanhas pela abolição e a república, o Rio de Janeiro chegara a possuir centenas de jornais: “[...] o Rio de Janeiro, em 1883, chegou à impressionante marca de 464 jornais” (OLIVEIRA, 2008, p. 45). Depois de um arrefecimento na década de 1890, na qual surgiram 15 novos periódicos, de 1900 a 1908 abriam 52, mais que o triplo da década anterior (SCHWARCZ, 2017, p. 195). Entretanto, considerando o baixo número de alfabetizados na época, pode-se inferir a estreiteza do meio letrado e as pequenas tiragens numa imprensa ainda em grande parte artesanal.

E os intelectuais gravitavam nesse sistema. “Em termos concretos, toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais (MICELI, 1977, p. 15). Segundo Miceli, esse é o período em que se estabelece a grande imprensa e em que o jornal chega ao status de empresa industrial, sempre como porta-voz dos interesses das classes dominantes. O romance *Recordações*, de Lima Barreto, descreveu a imprensa de seu tempo como um “engenhoso aparelho”, que produzia ilusões e fantasmagorias “com pedacinhos de chumbo, uma máquina Marinoni e a estupidez das multidões”. Arrematando essa alegoria, o narrador faz a exata avaliação de seu poder político: ela era o quarto poder da República, “fora da Constituição” (BARRETO, 1956d, p. 174).

Além dos jornais, a livraria e a Casa Editorial Garnier eram também importantes locais de atuação de intelectuais na esfera letrada do Rio de Janeiro. Mas eram os locais dos consagrados.² Ali se reunia uma elite intelectual que tinha uma visão própria sobre o papel da cultura na construção da nacionalidade e da modernidade brasileira, assim como sobre o lugar do intelectual nesse processo (DUTRA, 2005, p. 26). Era uma visão elitista. De fato, como diz Antonio Candido, esse momento era de acomodação dos literatos e da literatura às camadas burguesas.

No Rio de Janeiro, Candido situa a fase menos dinâmica e aburguesada da literatura no início do século XX. Entretanto, as tendências e as condições de acomodação começam a se dar já no final do século XIX. A Academia Brasileira de Letras é fundada em 1897. As letras adquirem uma dimensão de oficialidade e passam

2 Francisco de Assis Barbosa distinguiu três tipos de intelectuais no Rio de Janeiro, ao tempo em que Lima Barreto iniciou sua atividade de escritor, a primeira década do século XX. Eram os libertários (com quem Lima tinha mais afinidade), os nefelibatas e “os consagrados da Garnier” (Machado de Assis, Coelho Neto, João do Rio etc.) (BARBOSA, 1988, p. 127-129).

a conferir também ou ao menos ratificar posições de prestígio na sociedade.³

Da geração que travara embates políticos e literários nos anos 1880, alguns intelectuais já estavam estabelecidos, pelo menos aqueles que tinham sobrevivido aos anos de boemia e de turbulências políticas, como Coelho Neto e Olavo Bilac. Aluísio Azevedo trocara definitivamente a carreira de escritor pela diplomacia em 1895. O romantismo antiburguês, que aureolava as vidas precárias dos jovens intelectuais, escritores e jornalistas, como se encontram descritas no romance de Coelho Neto *A conquista*, é confrontado com o resultado cru do fracasso, da morte prematura e da invisibilidade, ao passo que a grande imprensa, as editoras de prestígio e a Academia distribuíam consagrações aos adaptados.

Enquanto a boemia dos cafés entrava em bancarrota, surgia toda uma estirpe de requintados, dândis e *raffinés*, com afetações de elegância e cultura. Era a boemia *dorée*, legítimo produto da nova centúria que surgia. Clubes, grêmios e salões literários eram os palcos desses ‘novos boêmios’, em contraposição ao salão *desrefusées*, ébrios, miseráveis e caspentos, sujeitos à degradação e à tísica, cujo maior representante talvez tenha sido Lima Barreto (OLIVEIRA, 2008, p. 134).

Quando Lima Barreto inicia sua atividade intelectual, de fato pertencia à boemia dos cafés, mas não era de forma alguma o representante de uma boemia degradada. E ele só chegaria a sê-lo depois de um processo de derrota nesse novo momento do sistema literário.

3 Em São Paulo, Antonio Candido avalia que a fase acomodatória da literatura, quando “a comunidade absorve o grupo”, situa-se na passagem do século XIX, aproximadamente entre 1890 e 1910, na fase naturalista/parnasiana (CANDIDO, 2000, p. 157). Pensando a literatura brasileira como um todo, porém, Candido considera que esse processo de absorção se dera nas primeiras décadas do século XX, fase marcada por uma “literatura de permanência”: “Conserva e elabora os traços desenvolvidos depois do Romantismo, sem dar origem a desenvolvimentos novos” (CANDIDO, 2000, 113).

O escritor iniciara o contato com o meio letrado de sua geração ainda na Escola Politécnica⁴. Lá ele primeiro exercitou a escrita, contribuindo com algumas crônicas para um pequeno jornal de estudantes, *A Lanterna*, nos anos em que foi aluno da instituição. Havia sido convidado por Bastos Tigre, colega de estudos e, mais tarde, das rodas dos cafés. As primeiras crônicas publicadas, ainda quando estudante, eram amadorísticas e talvez nem pudessem ser encaradas como uma iniciação, mas elas já possuíam muito da ironia, do humor que iria largamente caracterizar a literatura de Lima Barreto. Essas pequenas contribuições funcionaram efetivamente como uma iniciação, entre outras coisas, por prover o escritor com algumas primeiras ligações no meio intelectual da época, que, no caso dele, se expandiria da Escola para os cafés.⁵

Em 1903, Lima abandona a Escola Politécnica para conseguir um trabalho, premido pela situação financeira desesperadora da família depois do adoecimento do pai. Ele presta concurso e é admitido no mesmo ano como amanuense da Secretaria da Guerra (BARBOSA, 1988, p. 102). O sonho da formação de nível superior, acalentado pelo pai, se perde, mas o sonho que ele construía para si, de tornar-se escritor, permanece.

4 O pressuposto para que Lima viesse a participar da vida intelectual do país, embora numa trajetória não hegemônica ou mesmo contra-hegemônica, foi a educação que recebeu. O apadrinhamento pelo Visconde de Ouro Preto – já antes protetor de seu pai – garantiu ao menino a matrícula em boas escolas ao longo da vida e as condições para chegar a ingressar na Escola Politécnica. Mas depois desse ingresso, segundo seu biógrafo, a proteção cessou: “Era o próprio almoxarife [o pai de Lima Barreto] quem pagava a Escola Politécnica. Ouro Preto, que havia custeado os primeiros estudos do afilhado, já não ajudava mais o compadre João Henriques” (BARBOSA, 1988, p. 89). Essa falta de proteção foi determinante para que Lima Barreto não chegasse a concluir o curso. O jovem pobre, negro e orgulhoso ficou entregue aos caprichos e preconceitos dos professores.

5 “Bastos Tigre, que está sempre na roda [dos intelectuais que frequentam os cafés], convida o antigo colega de Politécnica para fazerem juntos revistas, como *A Quinzena Alegre* e *O Diabo*, ambas de duração efêmera. Naquela, a fiar no depoimento de Bastos Tigre, Lima Barreto publicou a primeira versão do seu conto ‘Aparicusauditae’.” Na revista *O Diabo*, Lima Barreto publicou um artigo com o pseudônimo de Rui de Pina (BARBOSA, 1988, p. 112).

Em meio às constantes dificuldades financeiras, a atividade da escrita, além de sonho, podia servir também para complementar a modesta renda de amanuense. Mas certos limites éticos e ideológicos do escritor impediam a maior rentabilidade de sua atividade jornalística. Ele chegou a se demitir de uma revista que secretariava, em 1903, para não ter de escrever um artigo de encomenda elogiando um senador influente do Paraná. “É que não se conformaria jamais em escrever louvores, mesmo sem a sua assinatura, aos mandarins da política” (BARBOSA, 1988, p. 113).

As relações que o mantiveram no meio intelectual e permitiram a ele uma carreira de escritor foram relações horizontais, de amizade entre estudantes, como no caso de Antônio Noronha Santos e Bastos Tigre, e entre colegas de repartição, como Domingos Ribeiro Filho, alimentadas por afinidades de vários tipos e vividas sobretudo nos espaços dos cafés.

De certa maneira, a trajetória de Lima Barreto é a que seria possível em seu tempo a um escritor que primou pela autonomia de pensamento e por uma postura crítica diante de seus contemporâneos. O momento, realmente, era de acomodação. Não havia carreira de sucesso (atestada pela Garnier, pela grande imprensa e pela Academia Brasileira de Letras) sem adesões, favores, bajulações e/ou distinções burguesas.

***Floreal* e os primeiros romances: a entrada no sistema**

Entre os encontros nos cafés e as colaborações em revistas efêmeras de colegas, Lima Barreto planejava e idealizava, com um grupo de jovens intelectuais, o lançamento de uma revista. Entre os escritos íntimos de 1905, encontra-se o seguinte registro: “E como tencione fundar uma revista com o Alcides Maia e mais outros, só me encontro com literatos aos sábados, e com estes do Alcides,

que, se não têm todos talento, têm vontade, cavalheirismo e tenção de qualquer cousa” (BARRETO, 1993, p. 63).

A revista que ele pensava seria lançada apenas dois anos depois, mas não com o grupo de Alcides Maia. O grupo da Floreal reunia jovens intelectuais das duas rodas que Lima frequentava (BARBOSA, p. 109-110)⁶, tendo sido ele escolhido como diretor da revista. E não apenas era o diretor como o autor mais presente nas várias seções da publicação. A revista era mantida com uma contribuição dos redatores⁷ e teve duração de apenas dois meses, com quatro números publicados.

A revista pretendia desafiar tanto os novos processos propagandísticos de conquista de leitores quanto o sistema de consagrações vigente. Então seus colaboradores não se preocuparam com uma edição atraente do ponto de vista da apresentação, da capa, da editoração, até porque de fato os recursos eram escassos, mas tampouco com os temas, que às vezes eram áridos. Também não se empenharam em conseguir a colaboração de nomes que já tivessem um reconhecimento mais amplo e que pudessem despertar o interesse de mais leitores. Era uma postura que se negava a certos apelos e concessões de maneira bastante consciente. Tanto é assim que essa atitude é declarada na apresentação da revista, na abertura do primeiro número, escrita por seu diretor, Lima Barreto.

[...] sei, graças a um tirocínio prolongado em revistas efêmeras e obscuras, que imenso esforço demanda a sua manutenção e que futuro lhe está reservado. Sei também o quanto lhe é desfavorável o público, o nosso público, sábio ou não,

6 Os colaboradores da *Floreal* nos quatro números foram: N. 1 – Lima Barreto, Antônio Noronha Santos, D. Ribeiro Filho e Mario Pinto de Souza. N. 2 – M. Ribeiro de Almeida, J. Pereira Barreto, Carlos de Lara, Lima Barreto, Antônio Noronha Santos e Edmundo Enéas Galvão. N. 3 – M. Ribeiro de Almeida, Octávio da Rocha, Gilberto Moraes, D. Ribeiro Filho, Lima Barreto; Juliano Palhares, Chaves Barbosa. N. 4 – J. Pereira Barreto, D. Ribeiro Filho, M. Ribeiro de Almeida, Lima Barreto, Chaves Barbosa, Gilberto de Moraes e Juliano Palhares.

7 “Cada um dos redatores contribuía com 10 ou 20 mil réis” (BARBOSA, 1988, p. 134).

letrado ou ignorante. Faltam-lhe nomes, grandes nomes, desses que enchem o céu e a terra, vibram no éter imponderável, infelizmente não chegando a todos os cantos do Brasil; faltam-lhe desenhos, fotografuras, retumbantes páginas a cores com *chapadas* cie vermelho – matéria tão do gosto da inteligência econômica do leitor habitual (BARRETO, 1907, p. 3)⁸.

Na apresentação da *Floreal*, há um retrato do sistema literário na época, uma avaliação sobre os caminhos possíveis aos que desejavam se tornar intelectuais e escritores, ter uma posição reconhecida e influente nas Letras, sair da invisibilidade e dos pequenos grupos. Esses jovens estavam tentando abrir um caminho próprio, considerando que os existentes não lhes eram acessíveis. Eles queriam ser notados e chegar ao editor: “Este caminho se nos impunha, pois nenhum de nós teve a rara felicidade de nascer de pai livreiro, e pouca gente sabe que, não sendo assim, só há um jeito de chegar ao editor – o jornal” (BARRETO, 1907, p. 6).

Eles não reconheciam no jornal, entretanto, as condições e a legitimidade para aferir sobre o valor dos autores e das obras. Para eles, o jornal era “a coisa mais ininteligente” e “uma espécie de mágica” destinada a iludir. Se, como diz Lima Barreto, os jovens escritores da *Floreal* tinham consciência de que não conseguiriam atrair o leitor médio, nem por isso consideravam que aqueles que o faziam, como o jornal, poderiam ser a baliza da consagração intelectual.

[...] estamos certos também que essa média entre a sensibilidade obstruída de afastados compatriotas, o semi-analfabetismo de uns e a futilidade de outros, atualmente representada pelo jornal diário, não tem direito a distribuir celebridade e a estabelecer uma escala de méritos intelectuais (BARRETO, 1907, p. 6).

8 A escrita foi atualizada nas citações de revistas e jornais das duas primeiras décadas do século XX.

A publicação da revista era, portanto, uma rejeição ao jornal como porta de entrada para o reconhecimento intelectual. Também porque, recorrendo ao jornal, eles acreditavam que podia até abrir caminho, mas ao preço de deixarem de ser eles mesmos, de abrirem mão de sua criatividade e individualidade. Dessa forma, poderiam até conseguir os meios de se publicarem, mas teriam deixado de escrever algo realmente novo e que valesse a pena.

A *Floreal*, esse modesto periódico individualista, havia sido pensado para que os jovens intelectuais se dessem a conhecer sem padronizações castradoras. Mas a quem? A editores? A outros intelectuais que estivessem acima dessa média? Não fica muito claro na apresentação a quem esses jovens intelectuais queriam se mostrar e quem eles consideravam que poderia reconhecê-los para além da média da opinião pública.

Mas, de fato, após o terceiro número, a *Floreal* atinge seu objetivo. A revista desperta a atenção de José Veríssimo, um dos críticos literários mais proeminentes da época. Dos textos nela publicados, o crítico faz menção, em sua coluna no *Jornal do Commercio*, a um artigo de Domingos Ribeiro Filho, “Spencerismo e Anarquia, e ao início do romance *Recordações do escrivão Isaiás Caminha*, de Lima Barreto, que ele julga promissores. Veríssimo destaca a simplicidade e a sobriedade dos textos, assim como um já perceptível “sentimento de estilo” (BARBOSA, 1988, p. 135).

A *Floreal* teria apenas mais um número e depois encerraria as atividades devido à baixa procura. Embora tenha, de certa forma, atingido um dos objetivos, o de permitir aos autores que se mostrassem, o outro objetivo, que era de ser ponte para o editor, mostrava-se muito mais difícil de ser alcançado. Tanto que a publicação das *Recordações*, em 1909, dar-se-ia por outro caminho.

Foi por meio de um dos colaboradores da *Floreal*, o poeta João Pereira Barreto, que Lima conseguiu a indicação de um editor português depois de desistir de encontrar uma casa editorial no Rio de Janeiro. Pereira Barreto havia publicado um livro de poemas pelo editor A. M. Teixeira mediante uma carta de recomendação de Silvio Romero. O colega mesmo escreveu a carta de apresentação do romance de Lima ao editor A. M. Teixeira, pois o autor recusava o apadrinhamento intelectual. Um outro colega dos cafés e da *Floreal*, Antônio Noronha Santos, numa viagem para a Europa, e de passagem por Lisboa, entregou os originais ao editor (BARBOSA, 1988, p. 138-139). O primeiro romance de Lima Barreto foi publicado assim, com a ajuda de outros jovens intelectuais, amigos próximos, em 1909.

O percurso de publicação do romance, como se viu, é todo feito de maneira horizontal, sem recorrer à proteção de intelectuais prestigiados e à chancela das instituições de consagração da época. Nem mesmo o fato de o livro ter chamado a atenção de um crítico de renome foi suficiente para lhe garantir um editor. É verdade que o teor do romance, com a sátira aberta a um jornal e a jornalistas conhecidos, pode ter lhe trazido dificuldades de aceitação, mas a verdade é que não era fácil publicar um livro no país naquele momento, ainda mais sem apadrinhamento.

Uma vez publicado o livro, a reação da crítica foi muito diferente da esperada por Lima Barreto, que imaginara um escândalo e discussões acaloradas. A recepção foi fria e, por que não dizer, repressora. Os elogios ao talento do novo escritor eram logo secundados pelas ressalvas quanto ao procedimento do *roman à clef* e pelas recomendações de maior discrição e decoro. A crítica criou não um clima de escândalo, mas de vexame. E assim nenhuma das críticas e denúncias do livro foi discutida.

Lima Barreto, por sua vez, nunca acreditou realmente que “o defeito” do romance fosse o de ser à *clef*, ou seja, de ter personagens representando figuras reais. Até porque antes e depois das *Recordações* escritores célebres na época, como Coelho Neto (*A conquista*, de 1899) e Afrânio Peixoto (*A esfinge*, de 1911), publicaram romances à *clef* sem recepção negativa. Esse tipo de sátira e de charge era muito comum na época. Lima Barreto, entretanto, causava incômodo porque era crítico de uma forma diferente, refletindo uma experiência diferente, e colocava o dedo em feridas que os intelectuais bem situados não queriam fustigar. No tema do preconceito racial, nenhum crítico toca nesse primeiro momento. É um tema simplesmente ignorado. O veredicto unânime da crítica sobre as *Recordações* é que seu autor demonstrava talento, mas o romance tinha um defeito grave: era “pessoal demais”.

Contudo, pode ser que a crônica elogiosa de José Veríssimo, no *Jornal do Commercio*, tenha lhe aberto portas depois, porque o segundo romance do autor, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, foi publicado como folhetim entre 11 de agosto e 19 de outubro de 1911 nesse mesmo jornal. Porém, decisiva mesmo deve ter sido a amizade muito próxima que mantinha com um antigo colega da Politécnica, João Luís Ferreira, e com sua família. Em entrada de diário, ele escreve que o romance havia sido publicado por José Félix Pacheco, irmão do ex-colega, que era diretor proprietário do *Jornal do Commercio*.⁹ Este era um periódico antigo e respeitado, um dos mais importantes em circulação no Rio de Janeiro (SCHWARCZ, 2017, p. 300).

9 José Félix Pacheco também era poeta, jornalista e político. Em 1908, aparece como um dos entrevistados por João do Rio em seu livro de entrevistas *O momento literário*. A João do Rio, Pacheco justifica sua postura combativa afirmando: “No Rio as coisas são assim. Quem deseja vencer, deverá começar demolindo, porque, no fim de contas, só essa fúria iconoclasta pode ter a virtude de arrombar a porta e facilitar a entrada. Fora disso, o que resta é a docilidade passiva, o respeito aos medalhões, a subserviência miserável e ignóbil – elemento seguro e infalível para uma subida rápida.” (RIO, [1908], p. 170) Ao publicar o romance de Lima Barreto, além da amizade que mantinham, Félix Pacheco demonstra coerência com essa visão.

A palma acadêmica e a fome de batatas na altura de 1911

Enquanto o *Triste fim de Policarpo Quaresma* estava sendo publicado no *Jornal do Commercio*, foram publicados dois textos em jornais que analisavam elementos do sistema literário da época. O primeiro é um texto de Matheus de Albuquerque¹⁰, um intelectual alagoano que se mudara em abril de 1911 para o Rio de Janeiro e colaborava com o jornal *O Paiz*. O seu texto, intitulado “Carta para a província”, aparece na primeira página do jornal e ocupa mais de um terço do espaço da página. A linguagem se mantém num estilo elevado, o vocabulário é precioso, a atitude, aristocrática.¹¹ Está na edição do dia 19 de agosto de 1911.¹²

O texto apresenta-se como uma resposta a um amigo escritor da “província” que pedira notícias da capital. Depois de um início altisonante e rebuscado, a coluna entra pelo assunto da literatura. É que o amigo desejava notícias do momento literário no Rio de Janeiro e, respondendo a ele, o cronista oferece uma síntese do sistema literário da época. Faz isso, apesar de prevenir o amigo de que é um esforço provavelmente inútil e perigoso, “em vista da febre produtiva e do tumulto belicoso que trabalham as camadas intelectuais na presente temporada”.¹³ Ou seja, havia muita efervescência intelectual, mas também muita competição entre os escritores.

Segundo o autor, assim como a cidade se modernizara, também alguns hábitos haviam mudado. Agora o homem de letras não era mais aquele ser a quem olhavam com piedade e desprezo. Ele tinha

10 Assim aparece descrito Matheus de Albuquerque no jornal *O Paiz*, edição de 10 de agosto de 1910, na coluna “Vida Social”: “Deve regressar hoje para o Recife, onde reside, o conhecido escritor e poeta Sr. Matheus de Albuquerque, que é no norte uma figura de destaque e de merecimento já vigorosamente demonstrado no seu livro de estreia – *O visionário*.” (p. 3) Este livro havia sido publicado em 1908.

11 Machado de Assis havia levado esse tipo de dicção a um auge, depois do que aparecem os epígonos.

12 ALBUQUERQUE, M. de. “Carta para a província” *O Paiz*, p. 1.

13 *Ibidem*.

um lugar definido e necessário na cidade remodelada.

Mas um problema restava: o escritor ainda não conseguia sustentar-se com o produto de sua pena. Albuquerque então reflete sobre quais poderiam ser as causas dessa deficiência. Ele lembra que, na opinião de alguns, não havia público disposto a pagar satisfatoriamente pelo trabalho do escritor, e que o público parecia até estar se reduzindo desde os tempos de Alencar. Mas não corrobora que o problema fosse um público reduzido ou reduzindo-se, avesso a pagar. Talvez autores brasileiros tivessem mais leitores, porque naquele período “as brochuras francesas ainda não tinham abarrotado o nosso mercado”.¹⁴

Na avaliação de Matheus Albuquerque, a crise que realmente existia não era de público, mas de autores e de editores.

Se alguma crise existe a dificultar o conforto material dos nossos homens de letras, é, talvez, crise de produtores, de profissionais idôneos, de lutadores de polpa, que vençam os últimos obstáculos da cidadela – crise agravada pela escassez quase absoluta de editores, que antes de tudo são comerciantes, e para quem tanto valem os lucros da venda de obras nacionais, como os que lhes rendem as xaropadas estrangeiras.¹⁵

Em suma, os autores não eram suficientemente fortes, e os editores não existiam. Esses os motivos que dificultavam, aos homens de letras, remuneração adequada. No entanto, o momento era animador, havia mesmo uma “febre produtiva” entre novos e veteranos, e academias surgiam em todo o país. Para o autor, entretanto, o entusiasmo produtivo, o surgimento dessas instituições e a disputa entre escritores não se traduziam numa “diretriz segura”, num “pensamento superior” que conduzisse a “grandes

14 *Ibidem.*

15 ALBUQUERQUE, M. de. “Carta para a província” *O Paiz*, p. 1.

destinos”. As disputas e objetivos eram pouco elevados e dispersos. “Vai mesmo por esta quadra uma certa desordem mental. Todos bracejam numa confusão deveras lamentável; há atritos, há clamores, há invejas, há, principalmente, a velha, a heróica, a humana fome de batatas.”¹⁶

Entretanto, o cronista via a agitada disputa entre os autores para conquistar espaço nas academias como uma incongruência, porque a falta mesma de condições de publicação e remuneração para os autores demonstrava “a precariedade, a decrepitude e a ineficácia de todas elas, nesta época de profundo utilitarismo”. Mesmo descortinando um panorama adverso, a carta acena ao final com uma perspectiva otimista: “dessa vasta fermentação de ideias e sentimentos, há de ficar alguma coisa para honra da nova geração.”

No dia seguinte, 20 de agosto de 1911¹⁷, o jornal *A imprensa* traz uma crônica de Alcindo Guanabara, sob o pseudônimo Pangloss, que comenta a carta de Matheus de Albuquerque. Esse jornal havia acabado de criar mais uma academia, a Academia dos Novos, com dez integrantes eleitos entre mais de duas centenas de candidatos inscritos. A grande quantidade de interessados na nova academia deve ter contribuído para que Albuquerque, chegado há poucos meses ao Rio de Janeiro, falasse numa estação literária

16 ALBUQUERQUE, M. de. “Carta para a província” *O Paiz*, p. 1.

17 A crônica de Alcindo Guanabara, do jornal *A Imprensa*, em que cita Lima Barreto, é do dia 20 de agosto de 1911. Os dois biógrafos registram equivocadamente a data dessa crônica. Francisco de Assis Barbosa a registra como sendo de 20 de setembro de 1911 (BARBOSA, 1988, p. 176) e Lilia Schwarcz menciona essa crônica como se tivesse sido publicada em 20 de agosto de 1916, portanto depois da publicação do romance em volume (SCHWARCZ, 2017, p. 307). O mesmo equívoco aparece num artigo de Schwarcz anterior à biografia (SCHWARCZ, 2014, p. 30). Na verdade, a crônica é do período em que o *Triste fim de Policarpo Quaresma* estava sendo publicado no *Jornal do Commercio*, em 1911. Mesmo Lima Barreto contribuiu para a confusão na data de publicação desta crônica de Alcindo Guanabara, ao anotar numa minuta de agradecimento dirigido ao cronista a data de 19 de agosto de 1911. O escritor se enganou no registro da data e o rascunho foi transcrito com esse engano na edição de 1956 da Brasiliense, sem nenhuma nota de correção (BARRETO, 1956a, p. 236).

fecunda e agitada, de produção e disputas. Alcindo Guanabara retoma a questão apresentada por Albuquerque sobre os homens de letras no Rio de Janeiro, ressaltando a situação contraditória em que se encontravam, tendo conquistado já certa distinção social, mas ainda não uma remuneração justa.

Ele considera que já se tinha **um público**, não tão reduzido, **escritores**, a julgar pela grande receptividade ao concurso do jornal, e **um mercado**, porque obras recentemente publicadas haviam se esgotado rapidamente. Então qual seria o motivo da situação financeira precária do escritor?

A razão é claríssima: é porque a lei não os protege de modo algum e permite que eles fiquem esmagados pela concorrência da produção estrangeira, que os editores, como as empresas de jornais, exploram numa verdadeira pirataria, que lhes não custa nada e da qual só lhes advêm lucros certos. Está entendido que, perante o nosso público, poucos, raríssimos serão os nomes dos nossos cronistas, dos nossos *conteurs*, dos nossos romancistas, dos nossos dramaturgos, que possam suportar galhardamente a fama que a “reclame” comercial, muito bem organizada, tem criado aos seus confrades d’além Atlântico.¹⁸

Tanto Matheus de Albuquerque quanto Alcindo Guanabara apontam a mesma “enxurrada de brochuras francesas” como razão das dificuldades do novo escritor. O cronista de *A Imprensa* fala mesmo em “pirataria”, ou seja, tradução não autorizada e sem remuneração ao autor estrangeiro. O editor publica só o que já havia sido testado e era sucesso garantido e a um custo muito baixo.

Se eu posso, eu, editor, sem pagar um vintém, pagar uma dessas obras de autor de reputação feita, traduzi-la e vendê-la, como se fosse minha propriedade, está bem de ver que

18 GUANABARA, A. (Pangloss). “O Dia”, *A imprensa*, p. 2.

não vou encomendar um romance ao sr. Lima Barreto, que tanta vocação revela para o gênero. É claro que a consequência disso é que o sr. Lima Barreto, que poderia vir a ser um profissional e viver comodamente dos seus romances, está condenado a passar a sua vida escrevendo-os por desfastio, nas horas de ócio que lhe sobraem das que for obrigado a empregar no seu ganha-pão a sério.¹⁹

As dificuldades para o jovem escritor brasileiro, portanto, eram muitas. A remuneração de seu trabalho vinculava-se cada vez mais à lógica de mercado, que visava ao lucro, e a consagração literária muitas vezes dependia de outros fatores que não os estritamente estético-literários.

A palma acadêmica e o jogo dos prestígios

No momento em que essa discussão entre Matheus de Albuquerque e Alcindo Guanabara era travada, o *Triste fim de Policarpo Quaresma* estava sendo publicado pelo *Jornal do Commercio* como folhetim. Denilson Botelho traça um paralelo revelador entre Lima Barreto e Afrânio Peixoto, a propósito de um “encontro inusitado” dos dois numa página do *Jornal do Commercio* do dia 14 de agosto de 1911, apenas alguns dias antes, portanto, do debate sobre os homens de letras no qual Alcindo Guanabara se referira a Lima Barreto como um romancista talentoso e vocacionado.

No jornal, apareciam, por coincidência na mesma página, uma matéria de celebração do romance *A Esfinge*, de Afrânio Peixoto, publicado por uma das poucas boas editoras da época, a editora Francisco Alves, e um episódio do *Triste fim de Policarpo Quaresma*, que vinha sendo publicado em folhetim desde 11 de agosto de 1911. A matéria elogiosa se sincronizava com a notícia dada na primeira página do jornal de que, nesse dia, ninguém menos que

19 *Ibidem.*

o Presidente da República estaria presente à recepção solene de Afrânio Peixoto na Academia Brasileira de Letras. Era a suprema consagração para um homem de letras da época.

Botelho ressalta que Lima Barreto fora apresentado pelo *Jornal do Commercio*, no dia em que seu folhetim começou a ser publicado, como um “escritor novo e original, cheio de imprevistos irônicos, cuja reputação não está mais por fazer-se”, o que levou o historiador a questionar o suposto insucesso do escritor em vida. O artigo chama a atenção também para o confronto nas páginas dos jornais entre a literatura “sorriso da sociedade”, como a de Afrânio Peixoto, e a literatura socialmente comprometida, como a de Lima Barreto, e aponta finalmente a relação entre duas instituições nas quais atuavam os homens de letras da época: “A imprensa era uma poderosa instância de legitimação para quem aspirava tornar-se escritor. Era preciso fazer-se publicar e o folhetim podia abrir as portas de alguma editora, embora isso não tenha acontecido com o Policarpo” (BOTELHO, 2017, p. 28).

As situações acima indicam que, nesse momento, há uma separação entre duas formas de sucesso nas letras. A forma tradicional, que é a glória literária atestada por uma instituição como a Academia Brasileira de Letras (ABL)²⁰, a “palma acadêmica”, e a forma propriamente comercial, ou seja, a venda do livro e a remuneração do escritor. Talvez apenas Coelho Neto contasse com as duas na altura de 1911. Mas, mesmo ele, não vivia da pena. Como tantos outros homens de letras de seu tempo, ele se estabeleceria profissional e socialmente em cargos públicos e mandatos políticos.

20 Antes da Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, e mesmo depois, os homens de letras distinguidos, a roda em torno de Machado de Assis, estavam ligados pela editora de prestígio da época, a Garnier. Descrevendo o momento em que Lima Barreto inicia como escritor, os primeiros anos do século XX, Francisco de Assis Barbosa define assim as relações entre os grupos de literatos: “É curioso notar-se que tanto os libertários como os nefelibatas haviam declarado guerra ao grupo liderado por Machado de Assis, que frequentava a livraria Garnier e dominava a Academia” (BARBOSA, 1988, p. 129).

Afrânio Peixoto foi eleito para compor a Academia Brasileira de Letras quase à revelia, estando naquele momento em viagem pelo Egito. Escreveu seu primeiro romance pressionado por essa eleição para ter algo que mostrar antes da posse. A fama do autor se havia feito nos escritos médico-legais-científicos, e a ABL, ao distinguir o autor, buscava também desfrutar do brilho do médico bem-sucedido.²¹ Os jornais entravam no jogo de glórias e distinções de várias formas e segundo certos códigos. Assim, foi possível a um escritor como Lima Barreto, tendo talento e boas relações, publicar seu folhetim num dos jornais importantes do Rio de Janeiro na época, mas isso não significou acesso a uma editora e muito menos à ABL.

A literatura ganhara direito de cidade entre a gente séria, ou seja, entre a grande burguesia, mas ao custo de cingir-se a uma estrita noção de decoro, que tinha a ver com o uso distintivo da língua, certa respeitabilidade burguesa e a disponibilidade para encargos políticos. O escritor que podia alcançar a palma literária era também aquele que podia ser o indicado para um cargo público ou para uma cadeira no parlamento. A possibilidade de se encaixar nesses lugares é que definia a consagração.

No *Diário do Hospício*, o autor reflete sobre sua trajetória e demonstra consciência de que o sucesso dependia de saber “arranjar dinheiro ou posições rendosas” e com elas impor respeito: “Arrependo-me de tudo, de não ter sido um outro, de não seguir os caminhos batidos e esperar que eu tivesse sucesso, onde todos fracassaram” (BARRETO, 2010, p. 94).

21 A Academia Brasileira de Letras buscava cada vez mais atrair homens de prestígio para os seus quadros, deixando a literatura especificamente em segundo lugar. “Em 1912, tendo a Academia aceitado a candidatura de Lauro Müller, ministro das Relações Exteriores, político e não homem de letras, e que foi eleito por 22 votos para a vaga do Barão do Rio Branco, derrotando o Conde de Ramiz Galvão, Veríssimo sentiu desfazer-se a ilusão com que sonhara ao fundar-se uma instituição em que se recebessem exclusivamente expoentes da literatura e, desgostoso, afastou-se da Academia” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS - página oficial).

De maneira geral, vale para o Rio de Janeiro a avaliação que Antonio Candido faz do ambiente literário de São Paulo nesse período. A literatura se torna um elemento da sociabilidade das elites burguesas. “Manifesta-se na atividade dos profissionais liberais, nas revistas, nos jornais, nos salões que então aparecem” (CANDIDO, 2000, p. 158). Em relação ao Romantismo, que pedia para o isolamento e o antagonismo, o Parnasianismo e o Naturalismo teriam servido melhor a esse ajuste à sociedade. “Um certo aristocratismo intelectual, certo refinamento de superfície, tão do agrado da burguesia, que nele encontra atmosfera confortável e lisonjeira.”

Candido ressalta o verdadeiro culto da língua que existia no período, unindo comunicabilidade, “porém definida segundo os padrões da gente culta, incorporada à classe dominante” e expressão elaborada, embora sem desafios intelectuais ao leitor. E conclui:

Compreensível, portanto, que ocorresse então o beneplácito dos poderes à literatura. Literatura na política, na administração. Literatura como degrau de ascensão social. Solenidades públicas. Academias literárias – não mais de mocinhos imberbes, cedo dispersados pela vida, mas de respeitáveis senhores, com posição na sociedade. *Salons* em vez de Repúblicas; em vez das sessões de grêmio, a acolhida ampla de um público já constituído, com interesses norteados pela burguesia semiletrada (CANDIDO, 2000, p. 159).

No Rio de Janeiro, era essa aproximadamente a atmosfera em que Lima Barreto começou sua carreira literária na primeira década do século XX, uma atmosfera contra a qual ele se insurge desde suas primeiras manifestações. Assim, é compreensível que ele não tenha se encaixado no perfil de autor laureado, por isso as dificuldades com editoras e depois até mesmo com os jornais, embora todos os críticos, mesmo os mais ácidos, não lhe tenham deixado de reconhecer o talento.

Construindo-se como escritor após 1911

Francisco de Assis Barbosa e Lília Schwarcz demarcam que, a partir de 1911, há uma inflexão na vida de Lima Barreto. Aparecem “os primeiros desregramentos boêmios” (BARBOSA, 1988, p. 171), ou seja, o problema do alcoolismo se agrava. Barbosa destaca a falta de apoio, o ambiente hostil, os desgostos como fatores relevantes na nova e lamentável condição do autor e Schwarcz atribui a decadência física do escritor à quase indiferença com que foi recebida a publicação do *Triste fim de Policarpo Quaresma* em folhetim.

Apesar disso, este é também o período em que o autor se dedica de maneira mais intensa a construir uma presença no meio intelectual, em jornais e revistas, e também a participar de várias tentativas de agregação de homens de letras, academias e associações, que terminam por malograr, mas vão atestando da necessidade cada vez maior que sentem os escritores de defender seus interesses num mundo letrado também regido pela lógica capitalista, ou seja, pelo lucro.

Enquanto procurava sem sucesso uma editora para o *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto não deixou de trabalhar e publicar. Mas as críticas e a indiferença com que foram recebidos os primeiros romances devem ter predisposto o autor a tentar outras formas de ser ouvido e notado, ou seja, de existir no sistema literário da época. “Por um momento, Lima Barreto abandona os projetos de romance e resolve dedicar-se à pequena literatura dos folhetins de aventuras e das novelas picarescas” (BARBOSA, 1988, p. 176). Em 1912, ele publica *As aventuras do Doutor Bogóloff* e dois romances fesceninos, *O chamisco* e *Entra, Senhórr*, na revista *O Riso*. Sem a palma acadêmica, o autor tentava agora saciar a “fome de batatas”. Numa carta ao amigo Antônio Noronha Santos, Lima Barreto compara ironicamente o seu Bogóloff, tipo do espertalhão estrangeiro que se dá bem nas terras brasileiras, às aventuras do detetive Nick Carter,

pulp fiction norte-americana que fez sucesso no Brasil do início do século XX. “Espero que lerás com prazer o Bogóloff e perdoarás não ser ele perfeitamente o Nick Carter, que deu, em dois anos, cem contos ao Pranzini” (BARRETO, 1956a, p. 99).

A indústria das traduções da literatura estrangeira mais comercial já se mostrava, de fato, altamente lucrativa. Pranzini é o codinome satírico dado por Lima Barreto ao dono da Fon-Fon, Giovanni Fogliani. Assim como a Fon-Fon, outras revistas lucravam com esse tipo de publicação de aventuras e detetives, dentre os quais o mais famoso era Sherlock Holmes. A novidade e o sucesso eram tantos que mesmo Lima Barreto resolveu arriscar no gênero das aventuras, mantendo o registro satírico, numa revista menos prestigiada e que abria espaço para autores brasileiros.²²

Em 1912, Lima Barreto também escreveria o romance de sátira política *Numa e a ninfa*, sob encomenda, para o jornal *A Noite*, vespertino fundado em 1911. O romance era à *clef* e incidia fortemente naquilo que os críticos literários mais prestigiados tinham condenado nas *Recordações de Isaías Caminha*, logo depois de sua publicação. A sátira a certos tipos contemporâneos foi um traço de estilo literário e de combate social que Lima Barreto nunca abandonou, independente de quantas críticas recebesse, e estava efetivamente muito ligada ao jornal ou, como Lima os denominava, aos procedimentos jornalísticos. Ele percebia que esta era a parte mais comunicativa de seus escritos. Foi sempre com ela que o escritor tentou interlocução, pelo teor provocativo e pela acusação direta, desde o primeiro romance.

22 Mesmo os renomados também sentiram a força dessa avalanche. Em 1920, os acadêmicos Coelho Neto, Afrânio Peixoto e Medeiros e Albuquerque, junto com o escritor de teatro Viriato Correa, publicaram em coautoria, como folhetim, o romance policial *O mistério*, no jornal *A Folha*, de propriedade de Medeiros e Albuquerque. A história seriada, que satirizava a polícia e o judiciário brasileiros, foi reunida em volume no mesmo ano e publicada pela editora de Monteiro Lobato, atingindo a marca de três edições e 10 mil exemplares vendidos até 1928. Um sucesso (ALMEIDA, 2020, p. 3).

A sátira e o *roman à clef* foram gêneros bastante praticados nas décadas seguintes à proclamação da República, sobretudo por aqueles que se formaram na boemia literária. Lima Barreto talvez tenha adotado esses recursos de estilo por corresponder a certas necessidades expressivas do jovem intelectual negro no período pós-abolição e por serem gêneros de combate, ou, como se dizia na época, de demolição. Os discursos de republicanismo e de modernização foram rapidamente confrontados com a realidade “diferente” do país, e a sátira foi muitas vezes uma forma de acusar o vazio dos discursos e das pretensões diante das velhas estruturas e práticas.

Entretanto, tinha de ser diferente a demolição referida por Félix Pacheco na entrevista a João do Rio, o “ímpeto iconoclasta” para “arrombar portas” e “forçar a entrada”, com que boêmios da geração anterior haviam aberto espaços para a ascensão individual (OLIVEIRA, 2008, p. 109-110), e a crítica de combate de quem questionava as estruturas desiguais da sociedade, mesmo ao custo de perder as eventuais chances de ascensão social.

Em 1914, encontramos uma entrada de diário que revela um grande sentimento de derrota: “Até hoje nada adiantei. Não tenho editor, não tenho jornais, não tenho nada. O maior desalento me invade” (BARRETO, 1993, p. 119). A publicação do *Triste fim* em volume aconteceria em 1916, às expensas do próprio autor, como ele revela em uma entrada de diário:

Emendei-o como pude e nunca encontrei quem o quisesse editar em livro. Em fins de 1915, devido a circunstâncias e motivos obscuros, cismei em publicá-lo. Tomei dinheiro daqui e dali, inclusive do Santos, que me emprestou trezentos mil-réis, e o Benedito imprimiu-o (BARRETO, 1993, p. 127).

A distribuição foi realizada também pelo próprio autor, como se vê em seu diário, no qual constam organizadamente os nomes das pessoas a quem enviara um exemplar. O autor também acompanha atentamente todas as resenhas e comentários críticos que saem sobre o romance na imprensa. Ele tenta suprir a ausência de um editor, realizar a distribuição e a promoção do romance. Mas é óbvio que os esforços individuais do autor não podem substituir a função de uma empresa especializada, com relações e canais específicos. Se pensarmos que estamos falando da capital federal, tem-se uma ideia da situação de escassez em que vivia a Cidade das Letras no país. Havia um espaço de profissionalização para o escritor no país, sobretudo na grande imprensa, mas as editoras eram raras e o acesso às melhores era praticamente impossível aos novos.

O próprio acesso ao jornal dependia de indicações e simpatias, a julgar pela análise que encontramos no romance de 1909, feita pelo narrador Isaías Caminha: “Os livros nas redações têm a mais desgraçada sorte se não são recomendados e apadrinhados convenientemente” (BARRETO, 1956d, p. 237).

Quando Lima Barreto finalmente publica o livro às próprias custas, endividando-se inclusive, ele o dedica a João Luís Ferreira. A análise desse fato por Lília Moritz Schwarz vem com uma espécie de crítica ao autor. A biógrafa considera estranho que o autor crítico das elites dedicasse o livro a um amigo, cuja família era da elite piauiense, com o irmão muito bem situado e coproprietário de jornal. “Fácil notar que Lima se cercava de amigos tão cultos como proeminentes, e que contava com eles para alcançar projeção nas artes ao mesmo tempo em que atacava a elite intelectual e política do país” (SCHWARCZ, 2017, p. 301).

O comentário aponta esses fatos como uma contradição, exigindo do autor uma coerência impossível no seu tempo para um

intelectual que desejasse ter algum espaço. O romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* já encenava essa impossibilidade. Isaiás não dá um passo sem contar com um protetor, e quando tenta fazê-lo, sendo negro, não consegue sequer ser considerado. É o caso de quando Isaiás se apresenta numa padaria, atendendo a um anúncio de emprego no jornal, para acompanhar um cesto de pão. O padeiro olha para ele e diz “não me serve”. Onde a proteção falha, a personagem é bloqueada. O jovem intelectual só atinge alguma posição devido aos caprichos dos protetores.

Dessa forma, não se sustenta a observação moralista de que o autor se servia das elites enquanto as criticava. Que proveito tirava ele dessas amizades, se não conseguia sequer uma editora para a publicação de seus romances? A interseção dos amigos era modesta e pontual, não comprometia sua independência e postura crítica. Numa carta de 1919 a José Felix Pacheco, ele comunica o recebimento do livro de poemas do amigo e agradece por sua leitura do novo romance que acabara de publicar, o *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Lima havia sabido por João Ferreira que Félix Pacheco lera o romance “de um só fôlego” e, diante disso, comenta: “Estamos, nessas coisas espirituais, tão separados um do outro que só uma forte amizade, a pairar soberana sobre essa divergência, poderia explicar esse açodamento de tua parte na leitura de meu opúsculo” (BARRETO, 1956b, p. 198). Logo em seguida, na mesma carta, Lima pede ao amigo uma recomendação para que o irmão seja promovido na polícia, se isso não lhe trouxesse algum constrangimento.

A divergência de ideias, que o próprio escritor faz questão de reconhecer e explicitar, não impede a amizade e os favores. Favores relativamente pequenos, como se percebe, que não obrigam a curvaturas e humilhações, como ele diria a propósito de certos compromissos contraídos, sobretudo, mediante casamento acima de sua posição social.

Fosse pela opção de independência, ou por ser essa mesma a condição típica dos intelectuais da época, a vida de escritor para Lima era muito instável, tendo de pagar para publicar seus romances e fazer pessoalmente o trabalho que seria do editor. E, em vista dessa instabilidade, também a necessidade de fazer concessões, ao que ele chamara de “procedimentos jornalísticos”, na apresentação da *Floreal*.

Francisco de Assis Barbosa tem uma avaliação um pouco diferente da de Lília Schwarcz quanto aos desgostos de Lima após 1911. Ele considera que é a situação de desajuste mais geral, não especificamente o fracasso em relação ao romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, aquilo que deprime o autor e o leva a uma decadência social e física. Barbosa até ressalta o sucesso de acolhimento do livro em relação ao primeiro romance: “o acolhimento da imprensa será bem diverso do que fora dispensado, cinco anos antes, ao livro da estreia. Os jornais agora festejarão o romancista, que passa a ser considerado por muitos como o legítimo sucessor da glória de Machado de Assis” (BARBOSA, 1988, p. 194).

Em 1917, precisando de dinheiro, Lima Barreto publica as *Notas sobre a República das Bruzundangas*, que antes haviam saído na revista A.B.C. Sua situação financeira era tão desesperadora que ele aceita vender para sempre os direitos autorais do texto ao editor Jacinto Ribeiro dos Santos por 70 mil réis, uma quantia muito baixa. Neste mesmo ano, ele se endividara para custear a segunda edição das *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

Finalmente, em 1918, Lima Barreto encontra um editor. Ele envia os originais de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* para Monteiro Lobato, que passara a editar a *Revista do Brasil* e estava organizando uma editora com uma proposta nova, mais aberta ao escritor local e disposta a construir uma rede nacional de distribuição. Da parte dele, Lima Barreto recebeu, pela primeira vez, um

tratamento respeitoso e profissional como escritor (SCHWARCZ, 2017, p. 378-380).

Como uma indicação do que seria bem-vindo, Lobato disse a Lima Barreto que gostaria de textos como o do Policarpo Quaresma ou das Bruzundangas, ou seja, sátiras dirigidas à questão nacional. A “toilette gramatical” não importava. O romance que Lima Barreto lhe envia, o *Vida e morte*, é o mais cerebral e reflexivo de seus romances, mas a sátira, desta vez dirigida sobretudo à burocracia, também está presente. Ele acabava de se aposentar da Secretaria da Guerra e devia então estar se sentindo mais à vontade para incluir no romance sátiras ao ambiente da repartição. Além disso, o romance trazia uma reflexão central sobre a história e a memória, sobre as identidades da cidade e do país em processo de modernização.

Também outra remessa de texto é digna de nota. Atendendo ao pedido de Lobato, Lima envia imediatamente o conto “O moleque”, cuja personagem central é um menino negro. Com isso, ele mostra que o tema do negro continuava vivo no seu espírito. No romance de Gonzaga de Sá, o narrador-biógrafo Augusto Machado é negro, o que dá ocasião para tocar novamente na questão do preconceito racial, ainda que não centralmente como nas *Recordações*.

Comunicação pela sátira e um tema sem público

A sátira foi o gênero com que Lima Barreto conseguiu estabelecer alguma espécie de comunicação com o público leitor, um público que vinha sendo criado e ampliado pelos jornais. Ele cultivou esse gênero por todo o tempo que escreveu. Toda sua obra está dividida entre as tendências para a sátira, como recurso crítico, denunciador e comunicativo, e o romance realista e social, pelo qual também desejou se comunicar, mas explorou problemas nos quais o público disponível não se reconhecia.

A sátira de Lima Barreto explorou um sentimento que Roberto Schwarz aborda no livro *Ao vencedor as batatas*: “a sensação que o Brasil dá de dualismo e factício – contrastes rebarbativos, desproporções, disparates, conciliações e o que for” (SCHWARZ, 2000, p. 21). Ele pintou a comédia ideológica brasileira nos jornais, nos projetos nacionalistas, na política, nas repartições públicas, na cidade em processo de modernização. E foi para esse aspecto de sua obra que ele teve mais espaço, mais receptividade, mesmo com Monteiro Lobato, que pediu a Lima Barreto textos como o Policarpo e os Bruzundangas.

No entanto, outra vertente, da qual o escritor falava com bastante ênfase em seu diário e que era central em seu primeiro romance, acabou sendo deixada na sombra: a questão do negro na sociedade brasileira. Ela aparece assertivamente nas *Recordações* com a exigência do jovem negro Isaías, tratado com preconceito e desprezo numa delegacia, pelo reconhecimento de seus direitos. Ele quer que reconheçam não apenas seus direitos de ir e vir, de não ser tratado como suspeito preferencial na ocorrência de um roubo, de ser acreditado quando se declara estudante. Ele sente negados, nesse episódio, seus “direitos ao Brasil”, ou seja, o direito de ser cidadão deste país. Na sua ingenuidade de jovem do interior, protegido pela família, ele descobre na delegacia outra imagem de país e outra imagem de si mesmo.

A questão do negro, na obra de Lima Barreto, estava relacionada com a militância do escritor pelo romance realista e social. Francisco de Assis Barbosa menciona que “o surto de uma certa literatura social” foi um dos movimentos que “tentaram sacudir o marasmo da vida literária” do período. Esse surto havia aparecido “com as primeiras agitações grevistas verificadas no Rio de Janeiro”. Entretanto, ele descarta que esse movimento tenha tido alguma relevância estética.

Anarquista, libertário, socialista ou que outro nome tenha, esse movimento interessa, aliás, mais sob o ponto de vista político que propriamente literário. Não deixou nenhuma obra de valor. Nada acrescentou à nossa experiência literária. Em compensação ficou o sinete de uma participação mais ativa do escritor em questões políticas (BARBOSA, 1988, p. 127).

A falta de reconhecimento da existência do racismo por seus pares e de que este era um problema estrutural do país tirou de Lima Barreto o plano central de sua obra. A questão do negro desaparece do *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o mais elogiado de seus romances, surge lateralmente no *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* e torna-se póstuma em *Clara dos Anjos*, publicado apenas em 1948, mais de 25 anos depois da morte do autor.

O escritor esbarrou na quase total incompreensão dos seus contemporâneos – escritores, leitores, editores. A força e a capacidade de impregnação da ideologia da democracia racial, surgida a partir dos escritos de Gilberto Freyre, na década de 1930, demonstram a dureza do muro contra o qual Lima Barreto se bateu num meio literário fortemente elitizado²³. Esse muro era o sólido consenso formado nas elites econômicas e intelectuais contra a experiência concreta dos negros, que Lima Barreto planejava tornar central em sua obra.

Isto explica também, em grande parte, por que “as discordâncias estimulantes”, que havia na obra de Lima Barreto, não foram assimiladas e aprofundadas por seus contemporâneos. O sistema literário pressupõe a existência de denominadores comuns: um conjunto de produtores, um conjunto de receptores e “um

23 Na década de 30, contraditoriamente, tivemos uma forte voga do romance social, dentro dos limites do que a intelectualidade e a sociedade brasileiras poderiam assimilar. Para Antonio Candido, há nesse período um esforço de “desburguesamento” do escritor. “O romance começa, pois, a não ser mais romance *para* classe. É ainda *de* classe, porque os seus autores não podem se desprender da sua, burguesa. Mas porfiam por atenuar esta circunstância por uma reação do que até então fora a literatura burguesa” (CANDIDO, 1992, p. 47).

mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros” (CANDIDO, 2007, p. 25). Repito aqui essa passagem tão conhecida da *Formação* para ressaltar que a criação de uma nova linguagem literária ligando produtores e receptores, que se traduza em estilos, depende de haver uma coletividade em que ela se engendra.

A declaração de Conceição Evaristo, em muitas de suas entrevistas, de que o movimento negro foi fundamental para a existência e reexistência de sua escrita, porque lhe deu um público que se reconhecia nos seus textos e a estimulava a ir em frente, dá uma medida do que faltou a Lima Barreto no seu tempo. Diante da falta de ressonância para a questão central que o motivava, ele investiu também na sátira como elemento de comunicação com seus contemporâneos e, por meio desse recurso, denunciou o vazio e a irrelevância de uma vida cultural acoplada às classes dominantes e ainda majoritariamente insensível aos graves abismos sociais e raciais do país.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (Página oficial). **José Veríssimo**: Biografia. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-verissimo/biografia>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALBUQUERQUE, Matheus de. Carta para a província. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1911, p. 1.

ALMEIDA, Leandro Antonio de. Sherlockismos de ‘O Mistério’: ficção policial e humor na Primeira República (1907-1928). **Rev. Hist.** (São Paulo), n. 179, a07718, 2020. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.147450>.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto** (1881-1922).

7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BARRETO, Lima. **Correspondência**: Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1956a.

BARRETO, Lima. **Correspondência**: Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1956b.

BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956c

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Brasiliense, 1956d.

BARRETO, Lima. **Um longo sonho do futuro**: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.

BARRETO, Lima. **Diário do hospício**: O cemitério dos vivos. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BOTELHO, Denilson. Um encontro inusitado: história e literatura nas páginas do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro na Primeira República Revista. *In: Revista Hydra*, vol. 2, n. 3, p. 20-32, junho de 2017.

CANDIDO, Antonio. Poesia, documento e história. *In: Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo: Ed. UNESP, p. 45-60, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos, 1750-1880. 11a.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

DUTRA, Eliana de Freitas. Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. **Floreal**. Rio de Janeiro, n. 1 a 4, 1907.

GUANABARA, Alcindo (pseudônimo Pangloss). O Dia. **A imprensa**. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1911, p. 2.

MICELI, Sergio. **Poder, sexo e Letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

O Paiz. **Vida Social**. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1910, p. 3.

OLIVEIRA, Diogo de Castro. **Onosarquistas e patafísicos: a boemia no Rio de Janeiro *fin de siècle***. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

RIO, João do. **O momento literário**. Rio de Janeiro: H. Garnier, [1908].

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lima Barreto leitor de Machado de Assis: leitor de si próprio. In: **Machado de Assis em linha**, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. v. 7, n. 14, p. 22-60., dez. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-194**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



Este livro foi composto em fonte Adobe Garamond Pro, impresso no formato 15 x 22 cm em pólen 80 g/m², com 258 páginas e em e-book formato pdf.
Impressão e acabamento: Gráfica Bueno Teixeira
outubro de 2021.

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Em defesa do livro livre! Esse o mote de entrada para começar esta prosa, assinalando em maiúscula e com a letra encarnada o que-fazer do Núcleo Antonio Candido de Estudos Literatura e Sociedade, na Universidade Federal do Ceará, espriando-se para fora do limite da burocracia institucional e das exigências da ideologia do produtivismo. Se Irenísia Torres e Ana Amélia Cavalcante são suas principais animadoras, fazem-no com a camaradagem de pendor socialista acolhendo sem assimetrias aos estudantes, colegas professores e pesquisadores de distintas áreas do conhecimento. Esta publicação, ao modo de Colefânea de estudos e pesquisas, é uma sementeira do citado Núcleo. Um Tributo a Antonio Candido é também como se pode ler este livro. Nos diversos capítulos, vamos encontrar fulgurações de seu pensamento, não como uma interessada e certificadora referência, mas como um luminoso ponto de partida ou de indagação no novelo das pesquisas. O que é certo é que a leitura anotada à margem, dialogada em sala de aula ou como fruição e partilha do pensamento, motivaram os estudos donde partiu a anotação, a pergunta, a dúvida, o diálogo frutuoso.

